



Memória e sociedade: o centenário de independência de Sergipe

MARISTELA DO NASCIMENTO ANDRADE.*

Resumo:

O trabalho ora apresentado é resultado de um estudo que buscou compreender a relação existente entre história e memória presentes na celebração do Primeiro Centenário da Emancipação Política de Sergipe em 1920, a luz dos relatos produzidos pelos intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS). A pesquisa discorre sobre a construção das celebrações e sua descrição na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (RIHGS) de 1920, a fonte histórico-documental analisada. O estudo proposto é para dar relevo à importância da análise acerca da institucionalização da memória enquanto elemento presente no processo de reconhecimento e construção da identidade histórica de um povo.

Palavras-chave: Memória; História; Poder; Revista do Instituto Histórico e Geográfico;

A institucionalização do Instituto Histórico e Geográfico no Brasil

Influenciado pelo modelo do *Institut Historique de Paris*, em 1838 foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e sua função esteve voltada a delinear o perfil da Nação Brasileira. Com o objetivo de “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e a geografia do Brasil”¹, seus estudos voltaram-se para o registro e preservação da história nacional, dos limites territoriais do país, para a identificação da diversidade cultural e linguística, além de reunir biografia de grandes personalidades históricas. A fundação do IHGB e sua produção intelectual contribuíram para a manutenção da unidade nacional, dentro de um período de grande efervescência política, decorrente da abdicação de D. Pedro I, do período regencial e do golpe da maioridade.

Formado por agentes ligados ao Estado e a Igreja Católica, a Instituição representou o pensamento da elite e imbuída de marcas da época e dos anseios monárquicos de centralização do poder tão recorrentes no Brasil dos oitocentos. Esta particularidade pode ser analisada uma vez que se considere a constituição dos seus membros oriundos da força administrativa de preponderância lusa, existente no contexto imperial brasileiro. Os membros

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Sergipe.

¹ Ver mais sobre a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sua missão em: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Ed. FGV, n.I, p.5-27, 1988.

da burocracia estatal empenharam-se em criar a história político-cultural do Brasil. A posse do imperador D. Pedro II como presidente honorário, no IHGB solidifica a simbiose existente entre a Instituição e o Estado, demarcando uma relação íntima na escrita da história oficial, baseada em documentos e em fontes escritas voltadas para construção da história Brasil, pátria ‘amiga’ de Portugal.

Desse modo o IHGB é a mais antiga e tradicional entidade voltada para o exercício da pesquisa e da preservação histórico-geográfica cultural e de Ciências Sociais do Brasil. A história escrita pelos membros promovem ainda a construção/reprodução da trajetória regional e local das mais diferentes regiões do país, ressaltando valores ligados à unidade nacional e a centralização política, aqui se inicia a historiografia nacional. Segundo Diehl, (1998:30) para entender o papel do mesmo é preciso entendê-lo como uma instituição voltada a “escrever a história brasileira, enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizado, eis o empenho no qual se concentravam os esforços dos membros do IHGB”. Empenhado em divulgar os resultados, o IHGB em 1939 cria a Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (RIHGB), reunido artigos de seus membros, difundido a memória cultural do país e a apresentando a sociedade em geral. Nesse interim algumas províncias passaram a fundar seu próprio Instituto² voltado ao trato de sua documentação, ao estudo da sua realidade e a construção da identidade.

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), fundado em 06 de julho de 1912³, teve as suas diretrizes à moda do IHGB, voltado para a construção do regionalismo, da história local, foi idealizado com um instrumento destinado a legitimar e a propagar os valores e as concepções políticas locais, constituindo-se dentro do duplo embate, ora voltado à organização da literatura, ora da constituição da história sergipana. O IHGS nasce com o propósito de produzir o saber histórico, com marcas da cultura local e também com o estudo das delimitações geográficas do Estado.

² Segundo Itamar Freitas, no Nordeste, a primeira Província a criar a sua instituição foi Pernambuco (1862), depois se seguiram Alagoas (1869) e Ceará (1887). Na fase republicana os demais Estados foram instalando sua própria instituição, como Bahia (1895), Rio Grande do Norte (1902) e Paraíba (1905). O de Sergipe foi um dos mais tardios (1912), antes apenas do Piauí (1918) e do Maranhão (1925).

³ Tendo sido reconhecido como de utilidade pública pela lei estadual n° 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela resolução n° 58 do Congresso Americano de Biografia e História de Buenos Aires, em 1916, e reconhecido como de utilidade pública pelo Decreto federal n° 14.074, de 19 de fevereiro de 1920.

A partir de 1913, o instituto passa a publicar a Revista do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe (RIHGS), voltada a prestação de serviços à sociedade civil. Na segunda metade dos anos de 1930, a “casa de Sergipe”, assim carinhosamente chamada pelo historiador Itamar Freitas, ganhou a sua sede à Rua Itabaianinha e então começou a receber recursos diretos do governo, na esfera municipal e estadual, sendo o Estado a maior autoridade financiadora da Instituição. Os pioneiros no IHGS foram Florentino Menezes, Prado Sampaio, Manuel dos Passos de Oliveira Telles, Luiz José da Costa Filho, Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior e Elias do Rosário Montalvão. Em nível nacional, temos as contribuições de Sílvio Romero, Manuel Bomfim e Tobias Barreto. Numa análise geral realizada pelo professor Itamar Freitas pode-se então definir que a revista obedeceu a dois princípios: o de se estabelecer como veículo para a relação entre memória/história, e a função atividade/meio/atividade/fim, indagando o que se propõe e espera de tal publicação.

O estudo desses fatos contribui para o conhecimento e divulgação do passado uma vez que recorrer a arquivos, museus, revistas, monumentos e símbolos constitui uma forma de investigar a história e o pesquisador como explorador desses espaços passa a questionar e a montar uma trajetória espaço temporal dos acontecimentos. Na busca pela compreensão das concepções e finalidades sobre celebração do primeiro centenário da independência de Sergipe (1920), seguindo o que fora publicado na Revista comemorativa do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS) em edição especial é que se pretende fazer neste ensaio.

História, memória e poder.

Lidar com a história associada à memória, demanda entender as relações de poder presentes nesse processo, bem como aceitar a existência de uma íntima ligação entre a produção do conhecimento e as estratégias dinâmicas decorrentes da sua difusão, de modo a perceber como estas se inter-relacionam e se complementam. A memória, por ligar-se ao campo das lembranças, está sujeita a fragmentar-se e perder-se no tempo. No entanto, enquanto objeto da história preserva a continuidade temporal ao passo em que desempenha um papel fundamental na manutenção da coesão de um agrupamento e na consolidação da posição de destaque da memória dentro da sociedade, constituindo-se em um poderoso

elemento nas relações de poder. O estudo dos fatos históricos no cenário nacional foi institucionalizado, em grande parte pela criação dos institutos históricos e geográficos, conforme já analisado.

Em Sergipe, o IHGS ou a ‘Casa de Sergipe’, como se tornou conhecido entre seus confrades, é um espaço reservado à conservação, preservação e celebração da memória oficial do Estado⁴, a coleta de fontes e fatos históricos desta territorialidade contribui para a composição da escrita nacional, junto ao IHGB. Pierre Nora, ao tratar da memória e sua utilização na história, a compreende como elemento no conjunto das estratégias, dentro do jogo de forças políticas, que prospera à medida que em que se manifesta por meio de símbolos. Assim, “o lugar de memória deve parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, immortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num máximo de sinais [...]” (NORA, 1993:22). Essa relação constituída por de símbolos, monumentos e eventos, marcam as características dos órgãos ligados à salvaguarda cultural do país, sendo um traço característico da escrita e da história do Brasil.

Observando essa progressão por meio da análise histórica, é possível entender a memória como objeto da história, e reconhecer que isoladamente ela não se fortalece, requerendo para tal de espaço e de tempo, para ser legitimada e salva do salvaguardada do esquecimento. Os atos de celebração reforçam a memória coletiva fazendo com que o passado permaneça vivo, mesmo quando resumido e esquematizado, garantindo dessa forma, a continuidade temporal e a tradição.

No entanto, existem dificuldades a serem consideradas ao se trabalhar com memória, podemos dizer que a falta de memória é um fator capaz de bloquear a continuidade do processo, considerando, por exemplo, relatos de momentos cuja representação se transforme em elementos de lembranças tristes e causadoras de trauma. Cabe ainda entender que a “memória é filha do presente. Mas, como seu objeto é a mudança, se lhe faltar o referencial do passado, o presente permanece incompreensível e o futuro escapa a qualquer projeto.” (MENESES, 1992:14) É importante, então, reconhecer que os fatos não se apresentam prontos e acabados, ao contrário, eles permanece em processo de construção e reconstrução

⁴ Para uma boa análise sobre o IHGS e suas publicações consultar Freitas Itamar, A escrita na ‘casa de Sergipe’ – 1913/1999. Coleção Nordestina. São Cristóvão. UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, Aracaju, 2002.

continuamente. A história com seus mecanismos de ciência social dedica-se a recuperar a memória dos fatos passados para perpetuá-los, assim a história começaria justamente onde termina a tradição, sendo o seu trabalho desenvolvido seguindo uma trajetória temporal – linear, na busca de retirar do esquecimento, ou evitar que se chegue a esse ponto. Assim, tanto a memória como a história tendem a aproximar-se devido à busca constante da eternização do fato e pela seletividade, destacando, contudo que embora ambas possuam elementos comuns, memória e história não são a mesma coisa.

A memória, segundo Maurice Halbwachs tem a função de resguardar a tradição e os costumes de uma coletividade, possibilitando assim a sua permanência viva no imaginário de um determinado grupo social. Tornando-se uma ferramenta capaz de produzir o conhecimento, sem necessariamente obrigar que se tenha vivido o fato. Uma memória histórica fomenta recordações de acontecimento, e de ocasiões especiais, como o aniversário de uma cidade, celebração de um ato heroico, etc., contudo, muito do que se conhece de memória ou de manifestações que guardam reflexos de memória estão colocados em museus, bibliotecas, expostos em praças públicas e mesmo difundidos por meio de hinos, como sinal de reconhecimentos e marcos de atos significativos do passado. A celebração do centenário da emancipação política de Sergipe é um exemplo e teve como elementos de eternização o busto em homenagem a Tobias Barreto, a composição do hino de Sergipe, a definição da Bandeira oficial do Estado, a confecção de Carta geográfica de Sergipe, a organização de uma exposição industrial com produtos sergipanos e a confecção de medalhas comemorativas em bronze, conforme Libério de Souza Monteiro, Álvaro Silva e Antônio Batista Bittencourt, redatores da Revista do IHGS em 1920.

A busca por vestígios, em livros, atas, revistas, monumentos, objetos de cerâmica, partituras, dentre outros, representam uma ligação entre o tempo e a memória histórica. Todas essas manifestações são expressas em símbolos e possuem um caráter monumental de concretude de um ato, voltadas a sua perpetuação no tempo, contribuindo para a sua permanência na memória individual e sua reprodução na memória coletiva propiciando o que Halbwachs entende como sentimento de pertencimento, identidade e conforto.

Uma concepção que diverge da contribuição de memória coletiva apresentada até então é a de Le Goff, que considera a memória como motivadora de conflitos e disputas sociais, por ser manipulável. Para este, a escrita tornou-se um instrumento dúbio no processo de

construção da história. Se por um lado, possibilita a celebração de acontecimentos memoráveis, estimulando a existência de mecanismos para que o homem possa comunicar-se e armazenar informações, por outro, fez surgir o documento escrito, que pode ser reexaminado, reordenado e reescrito. Leandro Karnal e Flavia Gali Tatsch (2013:12) defendem o documento não como documento em si, mas um diálogo claro entre o presente e o documento, e assim sendo, ao se resgatar o passado é possível transformá-lo pela simples evocação, tendo então em vista que o documento histórico é uma construção permanente.

Essa percepção fez surgir pontos que precisam ser analisados quanto à preservação do passado e o modo de fazê-lo. As observações então remetem por sua vez a análise moderna do que são os arquivos que em geral oscilam entre a noção de espaço que abrigam um grupo ou corpo documental ou o entendimento de ser o próprio documento. Para Foucault (2009:141), o arquivo possibilita que o discurso permaneça histórico, podendo ser apropriado pelo presente, de modo a ser reconstruído, rearranjado, em uma nova roupagem e por meio das contribuições do presente, tornando-o vivo. Diferente da memória, o arquivo depende de um espaço físico para existir e deve estar a disposição de quem o busca, “o arquivo tem lugar da falta originária e estrutural da chamada memória” (DERRIDA, 2001: 22), contudo, a preservação do documento no arquivo é um ato de poder, constituído, inclusive, por interesses específicos desde a própria seleção do seu corpo histórico.

As instituições de natureza arquivística, como o IHGB e do IHGS, se constituem em espaço destinado à criação de vínculos com o passado. Em seus arquivos, surgem novos atores e cenários históricos, de modo a construir e a reconstruir o passado. Sua etimologia ainda permite entendê-lo como um instrumento de poder, carregado de autoridade para interpretar a história e fiel depositário do passado.

A Revista do IHGS na década de 1920

O IHGS preparou-se para comemorar o centenário da emancipação política de Sergipe, organizando uma solenidade especial, relatada na Revista do IHGS. Nesta, tem-se as atas que descrevem todo o processo de preparação da cerimônia. A revista é iniciada com o Decreto Imperial de 8 de julho de 1820, regido por El Rei de Portugal, Brasil e Algarves, D. João VI, no Palácio do Rio de Janeiro e enviado a Bahia aos cuidados do Conde Palma, então Governador.

A estrutura da revista descreve a trajetória empreendida para a construção do momento histórico do centenário da independência de Sergipe; nela é possível constatar o relato dos pioneiros do processo e movimento em prol da independência da capitania em relação à Bahia⁵. Tratando da festividade foram publicadas as atas das reuniões que antecederam a celebração.

A primeira ata é de nove de fevereiro de 1919 descrevendo que a sessão ocorre, em fins da tarde, às 18 horas, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, situado a Rua Maruim, na cidade de Aracaju/Se, sendo presidida pelo Exmo. Sr. Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lôbo, então governante do Estado e presidente honorário do Instituto, além da presença de outros pares, autoridades como Exmo. D. José Thomaz Gomes da Silva, bispo de Aracaju e representante do Estado de Mato Grosso; Oscar Lins de Azevedo então capitão dos Portos do Estado e representante do almirante Ministro da Marinha. A celebração contou com a presença da maioria dos sócios do IHGS, autoridades civis e militares, membros da imprensa e grande número de ‘senhoras e senhoritas’, que nesse tempo configuram neste cenário como espectadoras.

A sessão iniciou-se, com o discurso do presidente, seguida da leitura da ata da reunião anterior, e todo um expediente em que foram lidos ofícios e telegramas destinados àquela Casa. Passado esse primeiro momento cerimonial, inicia-se então a pauta da reunião. Por meio do Sr. Desembargador Caldas Barreto, foi posta em pauta a necessidade da celebração do Primeiro Centenário da emancipação política de Sergipe como se segue,

“[...] aproveitando a solenidade daquela reunião, dignamente presidida pelo primeiro ministrado do Estado, e se aproximando a data mais grandiosa da nossa história pátria, o 1º Centenário da emancipação política de Sergipe, a 8 de julho de 1920, assistia-lhe o dever de levar ao conhecimento dos seus prezados consocios que o Instituto Histórico e Geographico de Sergipe, em harmonia de vistas com o Governo do Estado, commemorará a passagem dessa memorável data”.(RIHGS, 1920:18)

⁵ Capitão Luiz Francisco Freire, Pe. Ignacio Antonio Dormundo Roxa, Pe. Serafim Alves da Rocha Rocha, Manoel de Deos Machado (Sargento-Mór), Henrique Luiz de Araujo Maciel (Capitão-Mór), Capitão João Simões dos Reis, Ignacio Dias de Oliveira (Advogado), Manoel Vicente de Carvalho e Aranha (Advogado), Coronel José Rodrigues Dantas e Mello, Brigadeiro José Antonio Neves Horta, João Fernandes Chaves (Sargento-Mór), Coronel Vicente Luiz de Freitas Baretto, Brigadeiro Manoel Fernandes da Silveira, Pe. Francisco Felix Baretto de Menezes, Brigadeiro José de Barros Pimentel, Manoel Ignacio da Silveira, Coronel Sebastião Gaspar de Almeida Boto, Pe. Luiz orrea Caldas Lima, Francisco Gonçalves Valença, Pe. Antonio José Gonçalves de Figueiredo, Bento Antonio da Conceição Mattos, José Manoel Machado de Araujo, Pedro Christino de Souza Gama, José Rodrigues Basto, Pe. José Francisco de Menezes Sobral, José Pinto de Carvalho, Pe. Manoel Antonio Dormundo, Joaquim Martins Fontes (Capitão-Mór).

A mesma ata revela que na ocasião foi instituída uma comissão executiva, composta por membros do Instituto para organização da festa do 1º centenário, a ser comemorado em 1920. O comitê organizacional foi constituído pelos seguintes membros: Coronel Pereira Lôbo, (presidente), Desembargador Caldas Barreto (vice-presidente), Dr. Álvaro Fontes da Silva (secretário geral), Coronel José da Silva Ribeiro (tesoureiro), e pelos senhores Dr. José Thomaz Gomes da Silva, Dr. Deodato da Silva Maia, desembargador Evangelino de Faro, desembargador Antonio Teixeira Fontes, major Manoel Joaquim Pereira Lôbo; Dr. Antonio Baptista Bittencourt, Dr. Gentil Tavares da Motta e Dr. Luiz José da Costa Filho. O nome dos membros da comissão foi aprovado pelos presentes. Na reunião houve ainda o discurso do conferencista Dr. Costa Filho que exaltou a importância Augusto Leverger, do Barão do Melgaço. O Capitão de Corveta Oscar Lins de Azevedo, representante do Ministro da Marinha em agradecimento ao Instituto, em função da homenagem empreendida pelo discurso do Dr. Costa Filho a Leverger.

A ata deste primeiro encontro teve a função de formar a comissão de responsáveis pelo desenvolvimento das atividades, que foram realizadas no IHGS, por seus pares possibilitando reavivar as comemorações, articulações e dinâmicas a serem empreendidas, para a realização da festividade dos cem anos de emancipação.

A segunda ata presente na RIHGS é a da reunião de dezesseis de abril de 1919, Ata da Primeira Reunião da Comissão Executiva do Centenário da Emancipação Política de Sergipe, realizada na sede do Palácio da Presidência em Aracaju. Neste estiveram presentes, o presidente do Estado de Sergipe e honorário presidente do IHGS, Coronel Pereira Lôbo, o Bispo de Aracaju José Thomaz, o secretário geral do Estado Álvaro Fontes da Silva, o desembargador Manoel Caldas Barreto Neto, o Presidente do Tribunal de Relação, o Juiz Federal, Dr. Francisco Carneiro Nobre Lacerda, o Intendente Municipal, Dr. Antonio Baptista Bittencourt, o deputado estadual, Dr. Gentil Tavares Da Motta, o também deputado estadual Coronel João Neto, o Presidente da Associação Comercial, Coronel Sabino Ribeiro, o chefe do Serviço de Recrutamento, Major Manoel Joaquim Pereira Lobo, o desembargador José da Silva Ribeiro, o consultor jurídico do estado, professor Dr. Luiz José da Costa Filho, Dr. Francisco Monteiro de Almeida, o professor Francisco de Carvalho Lima Junior, o capitão Jacinto Ribeiro, o cônego Flodaurdo Fontes, o coronel Antonio, e o diretor de finanças, Gomes da Cunha Júnior.

Perante a presença destes iniciou-se a primeira reunião da cúpula. Na ocasião, as falas do desembargador Caldas Barreto, do Sr. Dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, do Coronel Sabino Ribeiro e do Dr. Álvaro Silva, evidenciavam a data natalícia como um momento fundamental para a consagração e constituição da história e memória de Sergipe. O discurso exposto por meio da Ata destaca a fragilidade a qual estava entregue a narrativa histórica política de Sergipe, que se apresenta com profundas controvérsias e carente de interpretações que fossem capazes de serem utilizados para referendar o acontecimento.

“Necessitamos também da colaboração de todos os intellectuaes Sergipanos, residentes dentro e fóra do Estado, para escreverem memórias sobre o magno assunto, as quais serão publicadas em numero especial da Revista do Instituto [...], até o mez de fevereiro do anno vindouro [...]. Finalmente, faz-se mister, sem perda de tempo, que nessa maior data Sergipana, já tenhâmos a nossa carta Geographica, sendo escoimada de todos os erros, a fim de ser distribuída pelos Estados da Federação pelas escolas publicas e particulares, pelos Institutos Históricos e pelas bibliothecas publicas do nosso paiz[...] Para maior realce e mais proveito da festividade commemoração com que projectamos, em hora tão feliz, marcar a data do 1º Centenário [...], ser levantada a carta geographica de Sergipe , fiel, exacta, perfeita e real [...]”(RIHGS, 1920:24)

Um aspecto importante de se destacar nessa leitura é a preocupação que se tem em rememorar tal acontecimento por meio da produção de lembranças e exposição/confecção de símbolos que traduzam a expressividade da dita comemoração, desta forma se estabelece o registro para posteridade do que se planejou desenvolver na ocasião do aniversário do centenário de Sergipe.

Somando forças a essa temática tem-se também a contribuição do Sr. Dr. Deodato Maia⁶ que apresentará um projeto de lei, com vista a beneficiar a comissão organizadora, concedendo franquias postal e telegráfica a membros da Comissão de organização do centenário, bem como passe livre nas companhias de Navegação e estradas de ferro federais. A celebração organizada deveria ser permeada por símbolos ora direcionados ao ato celebrado, como instrumentos de memórias, ora voltado para a construção da identidade de Sergipe e sua tradição.

Como resultado dessa reunião ficou aprovado o seguinte: a) Erigir-se, em 24 de outubro do próximo ano, nesta cidade a estátua do Dr. Tobias Barreto; b) Cunharem-se medalhas de bronze commemorativas do 1º Centenário; c) Publicar-se um número especial da Revista do Instituto; d) Publicar-se o álbum ilustrado de Sergipe; e) f) fazer-se uma grande exposição industrial dos nossos productos; f) Confeccionar-se a bandeira do Estado; g) Aumentar-se a referida Comissão Executiva que assim

⁶ Deputado Federal por Sergipe.

ficou constituída: Presidente, Dr. José Joaquim Pereira Lôbo, vice - presidente; desembargador Manoel Caldas Baretto Netto; Secretário Geral, dr. Álvaro Silva; thesoureiro, Coronel Sabino Ribeiro, D. José Thomaz, D. Wenceslau de Oliveira Guimarães, desembargador Evangelino de Faro, desembargador Antonio Teixeira Fontes, Dr. Francisco Carneiro Nobre Lacerda, Dr. Deodato da Silva Maia, Dr. Manoel dos Passos de Oliveira Telles Major Manoel Joaquim Pereira Lôbo, Dr. Antonio Baptista Bittencourt, Dr. Adolpho Ávila Lima, Dr. Luiz José da Costa Filho e Dr. Gentil Tavares da Motta. (1920:24-25)

O Secretário Geral da Comissão Executiva do Primeiro Centenário da Independência de Sergipe, Álvaro Fontes da Silva, encerra o encontro.

Ata da Comemoração do Centenário de Independência de Sergipe, realizada em oito de Julho de 1920, sob a presidência do Exmo. Desembargador Manoel Caldas Baretto Netto, do Ministro da Justiça e representante do presidente da República, Senador Oliveira Valadão, demais autoridades locais, membros do Instituto, e aberto à comunidade sergipana, o então presidente, promoveu um resgate da história do Brasil desde os tempos do Brasil-Colônia, destacado a presença da família real, os melhoramentos empreendidos na sede da colônia, no Rio de Janeiro. Seu discurso remeteu ao decreto de 8 de julho outorgado por D. João VI, destacando também as mudanças estruturais ocorrida nestas terras como a transferência da Capital da Província de São Cristóvão para Aracaju em 1855, a visita do Imperador D. Pedro II em 1859, a participação do Brasil na guerra do Paraguai de 1864 a 1870, e a participação de sergipanos nesta⁷, chegando até o período republicano constitucional, época de 1889 a 1930, que compreende o período de comemoração e celebração do centenário no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Na sessão comemorativa do IHGS, houve a leitura da Ata da reunião anterior, bem como correspondências encaminhadas por aqueles que não puderam se fazer presentes na ocasião da festa. O consórcio Graccho Cardoso, aproveitou e agradeceu o Instituto pela aprovação do busto, a ser inaugurado em 24 de outubro⁸ do mesmo ano, em homenagem a Tobias Barreto. Abrilhou a comemoração a fala do Dr. Costa Filho, destacando o papel do Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Botto. Fugindo a prerrogativa festiva, consta-se que o Dr. Carvalho Neto, na ocasião pediu afastamento da função de orador oficial da Casa. Durante a comemoração ocorreu, a oferta ao Instituto por Dr. Elias Montalvão, de folhinha do

⁷ A guerra do Paraguai constitui como herói regional a pessoa de Francisco Camerino, que se tornou símbolo da bravura e civismo de um soldado sergipano e hoje leva nome de uma praça situada na cidade de Aracaju.

⁸ É interessante saber da existência de duas versões para Emancipação de Sergipe, uma que a coloca como dádiva real concebida por meio do Decreto de D. João VI e a de que resultou da luta política e intelectual sergipana, esta segunda celebrada em 24 de outubro.

ano de 1820 e de medalhas de bronze, comemorativas ao centenário, entre outras lembranças distribuídas aos presentes, estavam: retratos de D. João VI, o decreto Real de 8 de julho de 1820 e o retrato do coronel Pereira Lôbo, então presidente do Estado e do comendador Sebastião Gaspar de Almeida Botto. E culminou com a presença, a convite do IHGS, da Banda do Corpo Policial, abrilhantando a festividade da Comemoração do Centenário da Emancipação Política, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em 1920.

Considerações

As comemorações possuem a função de celebrar a memorização de acontecimentos passados, que uma vez legitimados motivam e envolvem os homens de forma que o passado e o presente da história se encontrem e se entrelace por meio da ideia de pertencimento, caracterizando, assim, a legitimação e a identificação de um grupo para com um acontecimento, fato observável no relato da celebração do centenário e expresso na revista por meio de imagens dos membros da comissão executiva e de diferentes ilustrações que compõem o corpo da revista.

Para aqueles que buscam compreender a memória, devem, entretanto, atentar-se que esta é uma memória coletiva e oficial, e, portanto, ideológica, configurada por uma classe social que detém o poder e que, por isso, não tem a preocupação de estabelecer uma crítica à manipulação do passado no momento da criação de um ato memorável. A crença numa data comemorativa, no entanto, pode se tornar um equívoco, visto que a representação social forjada deixa rastros na memória coletiva, colocando-a como niveladora de toda uma comunidade, desconsiderando as diferenças. O discurso intelectual e as mídias levam-nos a pensar e entender o contexto como único, o que pode vir a não permitir que se faça uma análise crítica acerca dos mecanismos e dos processos que levaram a determinados acontecimentos diante do dito acontecimento comemorado.

De modo geral, os acontecimentos oficiais, para que mereçam tratamento pela memória, devem promover a participação e envolvimento do cidadão. Deve ser um instrumento capaz de transmitir a necessidade que se tem de expressar um sentimento, de rememorar um fato, de perpetuar viva na memória um acontecimento que envolve toda uma coletividade e tem significado para ela.

Por entender que comemorar significa reviver na coletividade um acontecimento que traduz e marca, por meio de valores e de ideias, toda uma sociedade. A comemoração do

centenário da emancipação de Sergipe busca reviver por meio do enaltecimento da memória, o ato celebrativo – festividade –, a construção de valores e princípios de uma comunidade por meio da rememoração e perpetuação do seu passado.

Referências

BALHS, Aparecida Vaz da Silva. Símbolos e monumentos: as comemorações de emancipação política do Paraná nos logradouros de Curitiba. *Letras e Artes*. Ponta Grossa, 14 (1)7-20, jun. 2006.

BLOCH, Marc L. B. 1889-1944. *Apologia da história, ou, O Ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

COELHO, Hercidia Mara Facuri, do DHSPE da FHDSS – UNESP – Franca, mimeo, 1995.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Cláudia de Moraes Rego. (trad.) Rio de Janeiro: Relume, Dumará. 2001.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FELIX, Loiva Otero. *Memória e memória história* IN: *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREITAS, Itamar. *A Escrita da História na ‘Casa de Sergipe’ – 1913/1999*. Coleção Nordeste. São Cristovão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Ed. FGV, n.I, p.5-27, 1988.

KARNAL, Leandro. TATSCH, Flavia Galli. *A memória evanescente*. In: *O historiador e suas fontes*. PINSKY, Carla B. LUCA, Tania Regina de. (orgs.) 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 1990.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *História, cativa da Memória?* In: *Revista do Instituto dos Estudos Brasileiros*. 1992, vol. 34.

MOTTA, Marly Silva da. *A noção faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 1992.

NORA, Pierre. Les lieux de mémoire. Gallimard. 1984.

_____. Entre memória e história: problemática dos lugares. Projeto história. São Paulo, 1993.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Ano V, volume V. Typ. Commercial – Aracaju, 1920.